

» Entrevista | **PERSIO ARIDA** | ECONOMISTA

Um dos pais do Plano Real diz que a estabilização monetária deixou um legado positivo, mas afirma que, para avançar, o país precisa retomar as reformas

“Muita coisa se perdeu no caminho”

» ROSANA HESSEL

Carlos Vieira/CB/D.A. Press

Uma das figuras centrais do Plano Real, o economista e ex-presidente do Banco Central Persio Arida recorda que o projeto era de estabilização inflacionária, mas também de modernização do país. Ele reconhece que, após 28 anos do lançamento do real, houve avanços e retrocessos e diz que o momento atual, com uma taxa de inflação que voltou a incomodar a população, pode servir de impulso para que o próximo governo retome as reformas liberais e modernizantes.

“Muita coisa ficou para trás. Nós tínhamos superavit fiscal e, hoje, temos déficit. Mas, como um todo, o legado é muito positivo, apesar de tudo que se perdeu no caminho desde então. O ideal é que esse episódio inflacionário de hoje, que é substantivamente diferente do episódio inflacionário do Plano Real, possa também servir de base e de impulso para retomar as reformas liberais e modernizantes”, destaca o co-autor do Plano Real, paper acadêmico escrito nos anos 1980, em parceria com o economista André Lara Resende, que serviu de base para o desenho do Plano Real.

Para ele, o grande risco da volta da hiperinflação é a indexação, que foi implementada durante os governos militares. “Tem um limiar crítico, que é quando a economia toda se reindexa. Não estamos nesse limiar crítico. Tem que se lembrar que boa parte da indexação do Brasil não foi exatamente resultado de forças de mercado”, destaca. A seguir, principais trechos da entrevista concedida por Arida ao Correio:

O Plano Real completou 28 anos e colocar em circulação a nova moeda foi uma operação logística sem precedentes para a época. Para o senhor, um dos pais do plano, como foi ter participado do processo?

É verdade. O real foi precursor. Olha, o projeto do Plano Real era um projeto de estabilização inflacionária, mas também um projeto de modernização do país. Se olharmos as principais reformas, digamos, que estruturaram a economia brasileira nas décadas seguintes, foram feitas ali com o Plano Real. Foi lá que se criaram os programas de solidariedade social, que começaram as privatizações, que começou o sistema de agências reguladoras... Na sequência do Plano Real se fez o marco fiscal, com a Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF). Aos poucos, foi no período de oito anos seguintes ao Plano Real quando, justamente, a necessidade de manter a estabilização de preços foi o principal motivador para as reformas modernizantes. E essas reformas, inclusive o tripé macroeconômico e tudo mais, geraram as bases para o crescimento posterior.

Qual o principal legado do Plano Real? É estabilidade da inflação?

Claro que o plano teve um efeito extraordinário sobre a inflação. Provocou uma desinflação no país que ninguém acreditava que fosse possível, mas talvez o mais importante, ou tão importante quanto, é que a necessidade de preservar o plano criou a vontade política de implementar reformas modernizantes na economia que deram continuidade ao programa de estabilização. Acho que a mensagem mais importante é de combater a inflação, sem sombra de



O Plano Real era um projeto de estabilização inflacionária, mas também de modernização do país. Se olharmos as principais reformas que, digamos, estruturaram a economia brasileira nas décadas seguintes, foram feitas ali com o Plano Real”

“O pacote (de benefícios previsto na chamada PEC Kamikaze) é um modelo típico de populismo. São medidas que não têm lógica econômica, de curto prazo, feitas sob medida para melhorar a popularidade do governo. E vão na contramão do combate à inflação. Então, como um todo, é uma política econômica desastrosa”

dúvida, mas tem que aproveitar o combate à inflação para fazer as reformas de que o Brasil precisa.

Mas muitas reformas ficaram pelo caminho...

Sim. Muita coisa se perdeu no caminho. A primeira tentativa de reforma da Previdência perdeu por um voto no governo Fernando Henrique Cardoso e só foi retomada no governo Michel Temer (e aprovada no primeiro ano do governo Jair Bolsonaro (PL), em 2019). Nós tínhamos uma superavit fiscal e, hoje, temos um déficit. Mas foram leis que criaram o episódio inflacionário de hoje, que é substantivamente diferente do episódio inflacionário do Plano Real, possa também servir de base e de impulso para retomar reformas liberais e modernizantes.

Aliás, hoje em dia, vemos a inflação em dois dígitos. Na sua avaliação, não bate aquele temor de ela voltar a ficar incontrolável como no passado?

Tem um limiar crítico, que é quando a economia toda se reindexa. Não estamos nesse limiar crítico. Tem que se lembrar que boa parte da indexação do Brasil não foi exatamente resultado de forças de mercado. Mas foram leis que criaram a indexação feitas supostamente no sentido de proteger os trabalhadores da inflação, e dentro de uma busca de legitimidade do governo militar. O processo

de indexação da economia brasileira começou no final da década de 1960 e foi motivado, como eu falei, foram processos legais no âmbito normativo, e foram feitos no sentido de evitar as consequências ruins da inflação. É um erro muito comum dizer: eu vou tentar neutralizar a inflação em vez de combatê-la. Vamos lembrar que a correção monetária das obrigações do Tesouro Nacional foi feita em 1965-1966. As leis de indexação salarial obrigatórias foram feitas nos anos 1960 e 1970. Uma vez que você entra nesse caminho (de indexação), torna tudo muito difícil. Nós não estamos nesse caminho ainda. Corremos o risco. Tem sempre o risco, mas não estamos lá.

Esse “pacote de bondades” do governo e do Congresso, com a PEC Kamikaze aprovada pelo Senado, pode se transformar em maldades a partir de 2023?

O pacote é um modelo típico de populismo. São medidas que não têm lógica econômica, de curto prazo, feitas sob medida para melhorar a popularidade do governo. E vão na contramão do combate à inflação. Então, como um todo, é uma política econômica desastrosa.

E também na contramão do discurso liberal do governo e do ministro Paulo Guedes (Economia)...

Pois é. Um liberal tem que ser, antes de tudo, consistente. Consistente com suas ideias e consistente com a prática. O que estamos vendo é um populismo que poderia ser de esquerda também. Não faz diferença na prática (risos).

Mas com a covid, esse discurso pró-reforma está meio perdido dentro de um processo desenvolvimentista adotado por vários países como forma de justificar o aumento de gastos ...

Tem uma diferença enorme entre o que se chama de desenvolvimentismo e o que se chama de política fiscal. Uma coisa é política fiscal expansionista, que é quando o governo aumenta o déficit público. Outra coisa, que muitas vezes é ligada, mas é diferente, é quando há uma política desenvolvimentista. Quer dizer: o governo usa os seus instrumentos para estimular determinados setores da economia a crescer. Pode ter uma coisa e pode não ter outra. Se olhar o que acontece nos Estados Unidos e na Europa, não foram governos desenvolvimentistas, foram governos que usaram política fiscal quando a taxa de juros estava no seu mínimo e não era mais possível reduzir. É isso.

Mas, agora, está sendo um certo momento para muitos criticarem a política liberal, quando vemos um ministro que se diz liberal aceitando medidas populistas...

Aí acaba desfigurando o liberalismo.

Na sua avaliação, o Plano Real está consolidado?

O Plano Real teve a parte de reformas. Muito foi feito no governo Fernando Henrique Cardoso, mas ainda precisamos fazer outro tanto agora, a partir de 2023. Tem a parte inflacionária que, se o governo evitar o erro da indexação, tende a ser resolvida.

Brasil S/A

por Antonio Machado



machado@cidadebiz.com.br

Esculhambação geral

O placar elástico da aprovação no Senado da emenda constitucional que seria dos combustíveis, 72 votos a favor contra só o solitário protesto do senador José Serra, foi a demonstração do fim de linha do modelo de governança da política e da República instituído pela Constituição de 1988, vítima em nome da sociedade de políticos sem preparo, sem juízo, sem ética para nos servirem em suas funções.

A votação foi vapt-vupt em dois turnos, uma seguida da outra, com os senadores bolsonaristas, os ditos independentes e os de oposição concordando com um malho nas contas públicas que vai cobrar caro ao futuro governante, seja o próprio, que espera beneficiar-se do que sangra a população por inteiro em troca de um trocado com duração limitada até 31 dezembro, seja Lula, o líder nas pesquisas.

A PEC do desespero (de Bolsonaro e de seus aliados do centrão, que temem não se reeleger) ou “da compra de votos” vale-se da aflição social impingida pela política econômica antissocial e da falta de crescimento decente e de pressão ruidosa da inteligência nacional para resgatar o desenvolvimento perdido nos anos 1980.

O corte forçado da alíquota do ICMS sobre os combustíveis, energia elétrica, gás de cozinha e comunicações implica aos municípios e estados a redução dos dinheiros aplicados em saúde, educação e outras funções essenciais (registre-se que os entes regionais é que estão na linha de frente da saúde e educação, não o governo federal).

Ou seja, desvia-se dinheiro que serve diretamente aos mais pobres para tentar desinflar a inflação sobre a minoria que se locomove com a própria condução. Ok, a inflação não poupa ninguém, mas mais ok ainda subsidiar diretamente os mais necessitados. É o que se busca com a PEC que a Câmara também aprovará, seguindo os piores instintos populistas do Senado. Ela prevê R\$ 200 ao Auxílio Brasil de R\$ 400, mas só este ano, e cria um vale-diesel de R\$ 1 mil e o vale-gás de R\$ 120, ambos também apenas nos meses que restam a 2022.

Isso não é programa social, é manobra para o candidato e os seus cúmplices se apresentarem como protetores dos desamparados com os quais nunca se preocuparam. Aliás, o ministro da Economia admitiu desconhecer-los, ao chamá-los de “invisíveis” no início da pandemia.

É tudo, menos democracia

Tudo nessa proposta de emenda à Constituição, que não existe para ser remendada a três por dois, cheia a oportunidade, começando pelo absurdo invocado para justificar gastos estimados em R\$ 41 bilhões sem compensação de outros gastos, e há bilhões dispensáveis dentro da programação orçamentária, nem com receitas adicionais.

A PEC se assenta na decretação do “estado de emergência”, vindo — vejam só o cinismo — “da elevação extraordinária e imprevisível dos preços do petróleo, combustíveis e seus derivados e dos impactos sociais dele decorrentes”. Com tal figura constitucional, ficam o governo e o Congresso desobrigados de atender os limites do teto de gastos também constitucional, a Lei de Responsabilidade Fiscal, lei eleitoral etc. Os gastos serão bancados com mais emissão de dívida.

Oscilações abruptas no mercado mundial de commodities, ainda mais no de petróleo, com cartel de produtores e oligopólios no refino e na distribuição, nunca são e foram “extraordinárias”, ao contrário. Elas são parte do negócio, inclusive da Petrobras e dos grupos que estão comprando suas refinarias, expandindo a volatilidade.

Enfim, com tal providência, os distintos senhores não só creem que terão o voto do eleitor agradecido. Eles se blindam de acusações de terem cometido crime de responsabilidade, entre vários outros. Isso é qualquer coisa, menos democracia fundada no Estado de Direito.

Silêncio penoso dos éticos

Vários senadores reconheceram a improcedência da “PEC da compra de voto”, mas a aprovaram alegando que não poderiam faltar aos pobres neste momento tão difícil da economia e de crise aguda da inflação.

A acreditar na sinceridade destes senhores e senhoras, alguns da tal “terceira via” que encanta parte da elite empresarial do Rio e de São Paulo, pergunta-se o que fizeram desde 2019, quando começou o desmonte das políticas sociais e dos órgãos que lhe dão forma.

Mais penoso é o silêncio dos muitos éticos do parlamento, e eles existem, com a sem cerimônia por trás dos votos de tantos na Câmara e no Senado: as emendas distribuídas a parlamentares servem tanto à agenda de Bolsonaro quanto aos caciques das duas casas do Congresso com um naco da lei orçamentária, o chamado “orçamento secreto”.

A tal RP-9, no jargão da contabilidade fiscal, poderá perpetuar-se se o Congresso ratificar o que a Comissão Mista que aprecia a LOA de 2023 já aprovou: seu aumento de R\$ 16,5 bilhões neste ano para R\$ 19 bilhões ou algo mais ano que vem, com liberação compulsória.

O que querem? Implantar o semipresidencialismo na marra? Já bastam os generais de pijama recrutados por Bolsonaro ameaçarem as eleições se o TSE não concordar com auditoria externa da votação. Isso é tão abusivo quanto o governo permitir que um predador sexual pudesse se demitir, em vez de ser demitido, ao vazarem as suas trampolinagens.

Gerontocracia ética e mental

O resultado das urnas só será preocupante se contrariar o que, por ora, indicam as pesquisas de intenção de voto. Elas dizem mais que preferências. Elas avisam que a maioria do eleitorado, portanto, os pobres cada vez mais visíveis, chegando a dois terços da população, quer mudança profunda na política econômica. Ela mudará?

É provável que sim, eleja-se quem for. Sinais de fadiga do eleitor com a gerontocracia ética e mental da política estão evidentes. Já estavam em 2018. Melhor não os ignorar. Faltam novas ideias, novos rostos, outra utopia. Nação precisa de coesão em algo que acredite.

Clama-se por mais bem-estar, especialmente na base da sociedade. A meta — sim, meta, não retórica — depende de crescimento mínimo do PIB de 2,5% a 3% em 2023 e algo mais a partir daí. Isso envolve elevar o investimento em infraestrutura de 1,7% do PIB realizado em 2021 para 4,3%, ou R\$ 374 bilhões a mais. A mudança parte daí.

Um naco do gasto terá de vir do orçamento, e a RP-9 é candidata a dar sua parte, e de dívida. Neoliberalis talvez arregalem os olhos, e os políticos da boquinha reclamem. Como Bolsonaro diria: “E daí?” O Brasil de 2023 em diante terá de ser outro. Ou... Assustador, né?